

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARANÁ**

**SILVIA ADRIANE FELIX
PIMENTA**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: A VISÃO ANTES E DEPOIS DA
ESPECIALIZAÇÃO EDUCAÇÃO, POBREZA E
DESIGUALDADE SOCIAL**

CURITIBA

2016

**SILVIA ADRIANE FELIX
PIMENTA**

**PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: A VISÃO ANTES E DEPOIS DA ESPECIALIZAÇÃO
EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, do Setor de Educação, da Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Ma. Elisandra Angrewski

**CURITIBA
2016**

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: A VISÃO ANTES E DEPOIS DA ESPECIALIZAÇÃO EDUCAÇÃO, POBREZA E DESIGUALDADE SOCIAL

RESUMO

Entre os vários aspectos associados à questão da pobreza e da superação da mesma, abordados no decorrer do curso de Especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social, figura o Programa Bolsa Família (PBF), que é o programa de transferência direta de renda abordado em nossa pesquisa. Desta forma, este artigo tem a finalidade de apresentar os resultados da investigação acerca dos conhecimentos dos cursistas do referido curso de especialização antes e depois de terem estudado o PBF. As estratégias, encaminhamentos, conteúdos e atividades do referido curso oportunizam caminhos e possibilidades de reflexão e de ação, problematizando a temática da pobreza e das desigualdades sociais no contexto educacional. Para tanto optou-se pelo questionário individual como instrumento de coleta de dados com 15 cursistas do polo de Londrina - Paraná. Sobre o posicionamento dos cursistas em relação ao bolsa família é possível afirmar que muitos cursistas mudaram sua concepção em relação ao programa. No decorrer deste artigo serão apresentados e analisados alguns dados que permitiram traçar a visão dos cursistas em relação ao referido programa. A partir dos dados obtidos foi possível constatar que pouco mais da metade dos cursistas são da área de Educação (53,33%), e que somente 13,3% nunca tinha trabalhado com o programa, ou seja, uma pequena parcela teve contato de forma sistemática com o programa por meio do curso de especialização.

Palavras Chaves: Desigualdade Social; Distribuição de Renda; Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social; Programa Bolsa Família; Vulnerabilidade.

1 INTRODUÇÃO

O curso de especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social que tem como propósito responder a seguinte questão: de que forma nós, docentes e gestores (as) da educação, estamos implicados (as) nesse contexto?

As estratégias, encaminhamentos, conteúdos e atividades do curso giram em torno desta questão e buscam oportunizar caminhos e possibilidades de reflexão e de ação, problematizando a temática da pobreza e das desigualdades sociais no contexto educacional, a fim de que se atinja, de forma ampla, o reconhecimento da situação de exclusão social.

Entre os vários aspectos associados à questão da pobreza e da superação da mesma, abordados no decorrer do curso, figura o Programa Bolsa Família - PBF,

que é um programa de transferência direta de renda, direcionado às famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País, de modo que consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

Considerando que o curso de especialização em questão é direcionado aos (às) profissionais da educação básica e a outros (as) profissionais envolvidos com políticas sociais que estabelecem relações com a educação de crianças, adolescentes e jovens que vivem em circunstâncias de pobreza ou extrema pobreza e por motivações oriundas da minha presença como cursista, tanto no ambiente virtual de aprendizagem quanto nas aulas presenciais, é que o interesse pela temática desta pesquisa surgiu. Como cursista foi possível observar, participar e provocar conversas e debates sobre o programa Bolsa Família. Durante esses momentos foi perceptível o desconhecimento por parte dos cursistas sobre o Programa Bolsa Família. Tendo em vista que este curso aprimora conhecimentos sobre tal assunto, questionei-me sobre qual o conhecimento adquirido durante esta especialização.

Nesta perspectiva, este estudo vai questionar os cursistas sobre seus conhecimentos antes e depois do curso sobre o PBF. Sendo assim, este artigo tem o intuito de verificar o que os cursistas participantes do curso de especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social do Polo de Londrina têm a dizer sobre suas impressões em relação ao PBF antes e depois do referido curso.

Para realizar esta investigação optou-se pelo questionário com perguntas abertas que foi entregue a todos os cursistas do referido Polo.

2 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Brasil é um dos países em desenvolvimento em que ampla parcela da população não consegue atender às suas obrigações básicas e a distribuição de renda é uma das mais irregulares ao ser confrontada com outros países. O fator decisivo é o aspecto da distribuição da renda da população.

A atitude como a riqueza total da produção do país está distribuída entre seus habitantes é terminante para a circunstância social da população em geral. A má repartição da renda e o desemprego são obstáculos ao desenvolvimento econômico do país e concebem graves problemas de amplitude social.

Apesar da ampliação do número de pessoas empregadas no Brasil, ainda existem muitos desempregados. Desse indicativo, também uma ampla parte da população está empregada, contudo a renda familiar ainda é precária para avaliar a sustentação da família e melhores condições de vida.

Diante de tal situação, a solução encontrada pelo governo hoje é amparar essas famílias pelo meio de auxílios com repasse direto de renda, sob argumentação de que esses subsídios são indispensáveis para amparar e suprir as necessidades básicas das famílias enquadradas na parcela da população mais pobre.

Esse subsídio é normalmente feito pelo meio de programas sociais organizados pelo Governo Federal para remanejar a renda na economia, tornando a distribuição da riqueza do país a mais similar possível, ter em vista principalmente a redução da desigualdade de renda existente. A ação assistencialista por parte da gestão pública não é uma inovação, está presente na história das nações e o modelo mais popular, talvez por conta do caráter antecessor, foi a Lei dos Pobres, estabelecida na Inglaterra em 1834.

Essa lei incluía como função dar dinheiro aos pobres pelo meio das paróquias; dinheiro este que trazia por desígnio garantir o alimento da camada da população mais desprovida e com isto diminuir os problemas sociais no país.

No caso do Brasil, a principal ferramenta empregada para redistribuição de renda pelo governo Lula é o programa social Bolsa Família, infundido no programa Bolsa-Escola. Foi criado na cidade paulista de Campinas em 1994, o qual passou a ser propagado ainda por outros municípios e, que dada à sua funcionalidade e seus saldos positivos, acabou por ser propagado em 2001 pelo governo federal, na gestão de FHC como forma de redistribuição de renda.

A renda altera de acordo com o número de crianças na família, e para que o subsídio seja recebido, as crianças necessitam estar frequentando a escola regularmente e ter as vacinações em dia. Além de dispor de uma renda que ordinariamente vai para a nutrição das famílias carentes, a requisição de que as crianças frequentem a escola e tenham as vacinações em dia é uma maneira de combater o trabalho infantil, a mortalidade infantil e o analfabetismo no Brasil.

Atualmente o programa associa a estratégia do Fome Zero, que tem por desígnio afiançar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e colaborando para a erradicação da extrema pobreza e para a aquisição da cidadania pela parcela da população mais vulnerável.

A organização de programas complementares tem por finalidade o desenvolvimento das famílias beneficiadas, de maneira que os favorecidos consigam ir além de a vulnerabilidade à pobreza. O cadastro e a administração deste programa social são centralizados no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), auxiliando no controle e na fiscalização do mesmo.

O programa Bolsa Família é uma união de diversos outros programas disseminados no governo FHC e a principal fonte de receita empregada para essa redistribuição é a tributação dos impostos sobre contribuições previdenciárias, empréstimos, moradia, rendas industriais e transferências correntes.

Cada cidadão na sociedade paga, de acordo com suas receitas, os tributos. Quanto maior for sua renda e a quantidade de seus bens como imóveis e carros, maior será a sua contribuição para com o governo. Por meio sobretudo desse princípio de tributação o governo elabora sua política de assistência social. É a forma mais competente de recolher uma percentualidade dos rendimentos recebidos pela quantia da população oriundo de maior riqueza da produção do país.

Assim sendo, o governo extrai dinheiro das áreas mais endinheirada da economia para remanejamento aos setores mais pobres. Essa interferência do governo se faz completamente imprescindível para melhoria do nível de vida dessas famílias carentes. Índices como o PIB (Produto Interno Bruto) e o PIB per capita, indicam que o Brasil, apesar de apresentar-se entre as nações mais ricas do planeta, averiguou-se que a distribuição de renda interna ainda é muito irregular, pois poucos ganham muito e muitos ganham pouco.

3 REVISÃO DE LITERATURA

Hoje muitos profissionais de diversas áreas precisam aumentar seus estudos, antigamente um curso universitário era suficiente, no século XIX, em alguns

países como Alemanha, Rússia, Estados Unidos e França, impulsionados por movimentos diversos, começaram a oferecer um curso de educação pós-graduação.

No Brasil, com a expansão dos grandes centros, a agricultura sendo mecanizada, um rápido crescimento populacional, forçou o Brasil a criar seus cursos de pós-graduação, houve um crescimento das escolas de graduação, com isso em 1960 a pós-graduação se consolidou e teve um aumento de oferta de cursos.

Cabe destacar que as temáticas educação, pobreza e desigualdade social estão muito presentes na literatura. Uma breve busca bibliográfica em diversos bancos de dados apresenta inúmeros resultados, entre os quais alguns foram selecionados por estarem mais alinhados com a proposta deste artigo. Entre os materiais utilizados destacam-se dois textos: o primeiro intitulado “Acesso à Renda e Inflação de Preços de Alimentos no Brasil: análise dos efeitos do programa Bolsa Família”, que analisa os efeitos do programa Bolsa Família sobre a segurança alimentar no Brasil. E o outro artigo intitulado “Burocracia e inserção social: uma proposta para entender a gestão das organizações públicas no Brasil”, apresenta alguns pontos vulneráveis do Programa, em todos os âmbitos.

Com esta onda de crescimento das cidades, junto veio o problema social de pobreza do País, com isso, teve a iniciativa de organizar o curso de especialização Educação, Pobreza e Desigualdade Social. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2012), no ano de 1992, chegamos a um nível alarmante de 45,12% da população classificada como pobre ou extrema pobreza. Em 20 anos este nível baixou para 12,09%, mesmo assim os números totalizaram 22.230.000 pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza no país. Com estes dados pode se notar que a pobreza não diminui com a escolaridade. Com isso, este curso de pós-graduação, trata principalmente das relações entre educação, pobreza e desigualdade social e tem como objetivo promover reflexões e discussões sobre as vivências dos sujeitos em circunstâncias de pobreza e de extrema pobreza, em relações sociais e políticas injustas.

O primeiro direito do ser humano não está presente nas políticas e no pensamento educacional, na formação de profissionais ligados a esta área de desenvolvimento social, sendo estes direitos à educação, escola, políticas educacionais, formação docente, currículos, teorias pedagógicas.

As políticas públicas compreendidas aqui como a revelação da ação do Estado em determinado período histórico, das políticas sociais que constituem, por sua vez, um subconjunto das políticas públicas relacionado às ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado e se relacionam à distribuição de benefícios sociais para reduzir as desigualdades estruturais decorrentes da trajetória do desenvolvimento socioeconômico, usualmente nas áreas de educação, saúde, previdência, habitação, saneamento etc., e executadas sob a responsabilidade do Estado.

Para alguns autores, na década de 80 do século 20, foram as políticas de intervenção centralizada do Estado na área social que predominaram, praticadas pela ação de técnicos da burocracia do setor público. Nesse período, predominava um padrão de "atuação clientelista e paternalista de atores políticos populistas ou de setores oligárquicos conservadores" que controlavam o poder público. No entanto, afirmam, "as sementes desse tipo de política foram plantadas nos anos anteriores, em grande parte na década de 1970", sob a vigência do regime militar.

O autor destaca que a segunda geração de políticas sociais públicas caracteriza-se pela "oferta governamental descentralizada", organizada e implementada a partir da concepção de que o Estado não seria mais suficiente para sua implementação, mas ainda cumpriria "um (quase) exclusivo papel protagônico (desde que consiga se publicizar, razão pela qual as políticas públicas são encaradas, apenas ou principalmente, como políticas governamentais)". Para seu desenvolvimento dever-se-ia "perseguir os objetivos da despartidarização e da despersonalização", em função da necessidade de evitar-se a "intermediação político-partidária, eleitoral ou mesmo institucional, na oferta dos recursos públicos".

A mídia chama a atenção do público e faz pressão política sobre temas em particular. As coberturas dão o tom de interpretação e definem o caráter das questões como econômicas ou políticas, sociais ou pessoais, radicais ou conservadoras. A seleção dos temas tem motivações difusas e as formas de noticiar possuem implicações sobre a mensagem que chega ao público. Da mesma forma, nos grupos sociais de interesse específico e nos partidos políticos também há dificuldades de transmitir a opinião pública. Suas demandas também sofrem vieses em virtude de prioridades inerentes às respectivas plataformas.

Ao analisar o Programa Bolsa Escola, antecessor do Programa Bolsa Família, Carin Klein (2005; p.31-52) observou que:

Ao pagar um valor determinado, definido como salário, pretende-se que a mãe sinta [...] a dignidade de seu trabalho e a importância de investir na construção de um futuro melhor para os seus filhos. Como importantes argumentos apresentados na cartilha 100 perguntas e respostas que você precisa saber sobre o Bolsa-Escola, encontramos que é através do Programa que se investe também na 'valorização da mulher' ao torná-la a 'provedora do núcleo familiar', contribuindo, assim, para que ela assuma um papel ativo na vida da família e no 'controle da educação' de seus/suas filhos/as. Podemos considerar que o benefício da Bolsa-Escola, pago à mãe para que ela cuide da educação de seu/sua filho/a, representa um 'Emprego Social', pois garante estabilidade econômica e social para toda a família.

A gerência do recurso para beneficiar a família, principalmente as crianças, tem sido citada por diferentes autores e gestores dos programas de combate à pobreza, nos diferentes escalões, desde o âmbito federal até o municipal, e é nesse sentido que tem recaído sobre a mulher a preferência pela titularidade do benefício. As mulheres, na sua grande maioria, realmente utilizam o benefício para melhoria das condições de vida da família, em particular das crianças, nos quesitos alimentação, vestuário, compra de material escolar, mobiliário para a casa e material de construção para melhoria das condições físicas da casa.

Assim, a ideia de que uma parcela da população está recebendo numerário é comumente classificada como esmola ou assistencialismo, e teria como consequência uma acomodação dos beneficiários em relação ao trabalho, o chamado "efeito-preguiça". Além disso, a reiterada divulgação de casos de pessoas que não fariam jus ao benefício, até mesmo a inclusão fraudulenta, com certeza contribuem para sedimentar essas rejeições.

O PBF está bem focalizado, pois 80% da renda do programa vai para famílias abaixo da linha de pobreza (de metade de um salário mínimo per capita), e foi responsável por 21% da redução do coeficiente de Gini (Indicador de desigualdade de distribuição de renda). Apresenta-se em uma escala de zero a um, sendo que zero representa a completa igualdade e um, a desigualdade absoluta na distribuição da renda no período 1995 a 2004. Os autores avaliaram que esta contribuição é muito grande se levar em conta que o Programa representa menos de 1% da renda total das famílias, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD). Para eles, a erradicação da pobreza e a redução

substancial dos níveis de desigualdade no Brasil são metas dificilmente alcançáveis dentro de um prazo razoável sem que se recorra a mecanismos diretos de redistribuição. Os programas de transferência de renda de natureza não contributiva são exemplos claros da adoção desse tipo de mecanismo estando, portanto, adequados ao contexto do Brasil, de combate emergencial da pobreza.

Como se sabe, o Programa Bolsa Família tem sido implementado por meio de uma profícua parceria entre a Caixa Econômica Federal e as Prefeituras. A rede formada entre esses atores possivelmente tem estimulado a divulgação de tais padrões de qualidade, resultando, possivelmente, em similaridades nas ações e procedimentos do Programa.

3 METODOLOGIA

A pesquisa foi desenvolvida com 15 cursistas. Optou-se pelo questionário individual como instrumento de coleta de dados porque, segundo Richardson (2007), os questionários possibilitam o levantamento de informações de um grande número de pessoas, apresenta relativa uniformidade de informações, facilidade de tabulação dos dados e abrangência de amplas áreas geográficas em tempo relativamente curto.

As respostas foram tabuladas no pacote Office, no aplicativo Excel, e posteriormente apresentadas e analisadas. As questões foram organizadas em três categorias:

- Área de atuação e contato como programa
- Visão sobre o programa antes do curso
- Visão sobre o programa depois do curso

O estudo foi realizado predominantemente pela perspectiva da pesquisa qualitativa, de caráter exploratório-descritivo, que visa compreender as posições dos cursistas em relação ao PBF.

4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS

A partir das respostas obtidas pode-se perceber que um grupo de aproximadamente 02 cursistas critica ou defende o PBF não pelo teor e a finalidade do programa, mas por serem contra ou a favor do partido político que o criou.

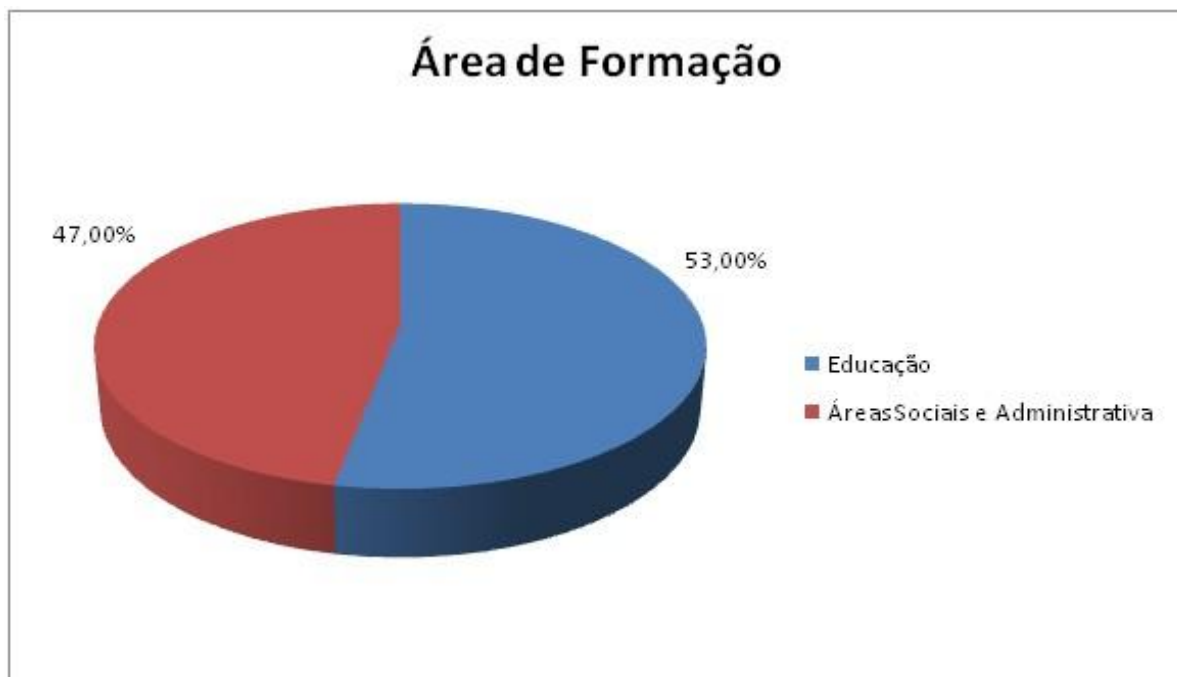
Outro grupo de 04 cursistas evidenciou em suas respostas que não tem certeza sobre o que é o PBF, com isso houve a necessidade de fazer a verificação deste conhecimento através de questionário, para diagnosticar seus conhecimentos prévios e pós-estudos na Especialização.

Os outros 09 cursistas defendem o PBF pelo teor, não se importando com os partidos políticos que criaram ou difundiram tal programa.

Os alunos do Curso de Especialização de Pobreza e Desigualdade Social são politizados na sua grande maioria, alguns defendem o Programa Bolsa Família, idealizado durante o Governo Lula, e muitos criticam, alegando um assistencialismo ou mesmo com fundo eleitoreiro.

O questionário dado a cada cursista tem nove questões a serem analisadas. Pode-se notar nas respostas uma a uma que todos os cursistas não se importaram em se identificar, em relação à formação, 53% dos cursistas tem formação na área de educação, e 47% em áreas sociais e administrativas.

GRÁFICO 01- FORMAÇÃO DOS AVALIADOS NO QUESTIONÁRIO, ÁREA DE EDUCAÇÃO OU ADMINISTRATIVA



Fonte: A autora (2016).

Quando questionados sobre o contato com o programa, apenas 13% não tem contato com o programa atualmente, quando questionados a visão do programa, 40 % tinha uma visão negativa ou distorcida do programa, mesmo não colocando os vínculos partidários em questão, pois nestes casos não podemos colocar este ponto de vista, e fui unânime a importância do programa, as famílias beneficiadas com um pequeno auxílio, mas que para eles fazem muita diferença.

GRÁFICO 02- CONTATO DOS AVALIADOS NO QUESTIONÁRIO COM O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA



Fonte: A autora (2016).

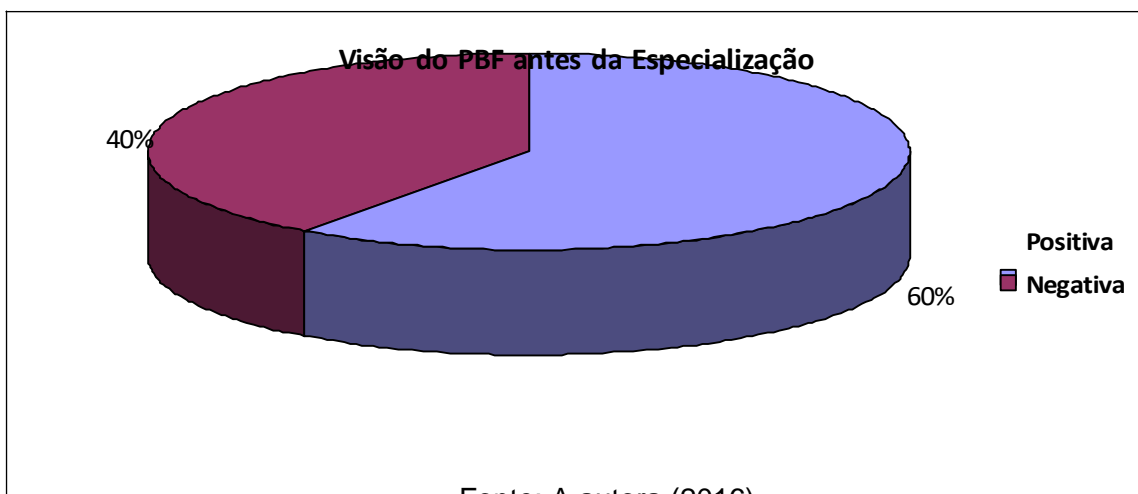
GRÁFICO 03- VISÃO DOS AVALIADOS EM RELAÇÃO AO PBF



Fonte: A autora (2016).

Mas precisamos rever um ponto bastante interessante de pesquisa, que pode ser diagnosticado, que antes da pós-graduação a visão que cada um tinha do PBF, pelo gráfico nota-se que 7 pensavam negativamente sobre o programa ou não tinham embasamento para julgar, e 9 entrevistados aceitavam.

GRÁFICO 04- VISÃO DOS AVALIADOS EM RELAÇÃO AO PBF ANTES DA ESPECIALIZAÇÃO.



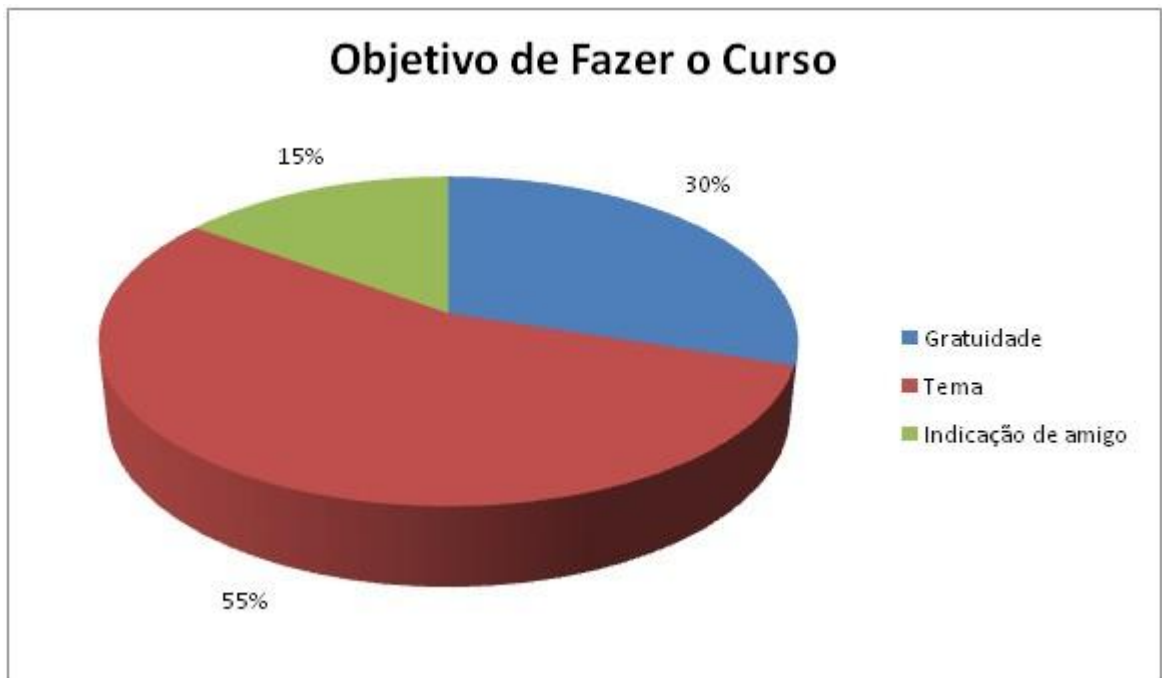
Fonte: A autora (2016).

Após o curso, foram unânimes em dizer que tinham visão errada desta política pública, ou ficaram mais contentes com o que já conheciam e puderam se aprimorar neste assunto.

Foi colocada em seus questionamentos a fiscalização em prova, mas muitas famílias foram beneficiadas e alguns saíram do analfabetismo, linha da pobreza, para resgatar suas dignidades como cidadãos e seres humanos.

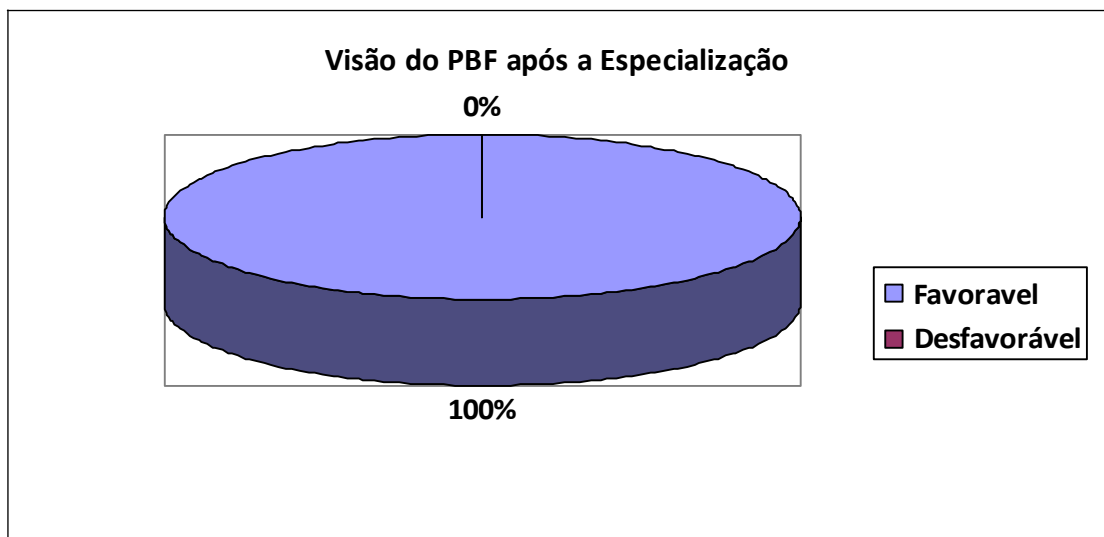
Quando questionados sobre os objetivos que o levaram a fazer o curso, 30% fizeram por ter gratuidade, 55% pelo tema a ser tratado, e 15% pela indicação de amigos, mas que em sua totalidade recomendariam o curso a todas as áreas, pois é de grande valia para o amadurecimento político e pessoal.

GRÁFICO 05- QUAL O OBJETIVO DO AVALIADOS EM FAZER A ESPECIALIZAÇÃO



Fonte: A autora (2016).

GRÁFICO 06- QUAL SUA VISÃO APÓS O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO SOBRE O PBF



Fonte: A autora (2016).

Quando temos um questionário aberto, muitas falas encontradas devem ser muito bem analisadas e algumas devem ser refletidas e ponderadas tais como:

“Sim, para todos os profissionais, principalmente da educação. Somente com o entendimento do que é a pobreza e suas repercussões na vida de uma pessoa, poderemos entender a importância dos Programas sociais. Eu mesma, depois do Curso, passei a ter vergonha da desigualdade social.”

“Os índices de abandono, fracasso escolar e analfabetismo ainda são evidentes. Falha no processo de construção de uma identidade social. Quanto à formação e a continuidade desta, professores continuam desvalorizados, depreciados e desmotivados ao trabalho docente.”

“Sim, porque o curso apresenta uma visão mais humanista de lidar com as desigualdades. Acho que no nosso trabalho temos que ter a sensibilidade de entender, ajudar e orientar essas pessoas que vivem nessas condições mínimas de existência não porque querem, mas porque o processo histórico de civilização as inseriram nessa condição.”

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizando-se de referenciais teóricos, da observação realizada por aproximadamente dois anos no PBF durante parte do período da graduação e através das entrevistas realizadas com alguns beneficiários do programa, concluímos que o PBF, de fato, tem sido um programa de destaque no âmbito do Sistema Brasileiro de Proteção Social, como mecanismo prevalente no combate à pobreza no país. Porém, concluímos também que o mesmo ainda que apresentando uma boa focalização na população pobre e extremamente pobre, se mostra ineficiente no combate à pobreza em sua dimensão estrutural, causando somente uma pequena melhora nas condições imediatas de vida das famílias.

A análise empreendida através da construção desta pesquisa leva a compreensão de que a recente queda dos indicadores de desigualdade no país, em percentuais significativos para os agentes de menor renda, mas vulneráveis a miséria, foi amplamente possível através de políticas públicas voltadas a transferência de renda, nos mais diversos programas. Mas, com maior presença do Programa Bolsa Família e da ampliação do sistema de benefícios previdenciários.

É necessário para o debate da pobreza, enriquecer a participação nesses espaços coletivos e não apenas realizar o cumprimento das condicionalidades (frequência escolar, vacinação) do Programa Bolsa Família, momento em que se

dirigem ao Posto de Saúde, ao Conselho Escolar e ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS.

Outro aspecto importante explicitado no texto é sobre a necessidade de que um país possa ter uma economia em processo de crescimento, afetando assim o oferecimento de empregos formais (decentes) a população, com destaque aos pobres e miseráveis. O crescimento da riqueza por seu turno depende de alterações importantes no sistema tributário, evidenciado como um entrave ao crescimento da economia de forma ampla, e reformas institucionais, não objeto da análise, que possam contribuir para a melhoria das Instituições.

Pode-se notar que o curso de especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social, pode auxiliar os cursistas que responderam aos questionários a compreender e aceitar melhor o programa Bolsa Família, uma vez que entenderam que o Programa não se trata apenas de políticas eleitoreiras e que muitas famílias realmente dependem desse benefício para sobreviver de forma digna. Em destaque conclui-se que esta especialização auxilia nos trabalhos desenvolvidos em cada região do país para melhorar o programa e desenvolvimento das famílias vulneráveis acolhidas e desenvolvidas pelo recurso.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Tânia Maria de Resende; Melo, Elza Machado de; Oliveira, Graziella Lage. **Comparação do perfil de idosos ativos e não ativos do Programa Bolsa Família.** Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-98232015000200351&lng=en&nrm=iso>. Acessado em: 11 maio 2016.

HELAL, D. H.; NEVES, J. A. B. **Burocracia e inserção social: uma proposta para entender a gestão das organizações públicas no Brasil.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222010000300012&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 11 maio 2016.

HÖFLING, E. de M. **Estado e políticas (públicas) sociais.** Cadernos CEDES, Campinas, v.21, nº 55, nov. 2001.

HOWLETT, M. **A dialética da opinião pública: efeitos recíprocos da política pública em sociedades democráticas contemporâneas.** Opinião Pública, Campinas, v.6, nº 2, 2000.

KLEIN, C. **A produção da maternidade no Programa Bolsa-Escola.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 31-52, jan./abr. 2005.

LAVINAS, L. **Combinando compensatório e redistributivo: o desafio das políticas sociais no Brasil.** In: HENRIQUES, R. (Org.). Desigualdade e pobreza no Brasil, Rio de Janeiro: IPEA, 2000, p. 503-520.

NEDER, H.; ALVES FILHO, N. ; SOUZA, S. **Acesso à Renda e Inflação de Preços de Alimentos no Brasil: análise dos efeitos do programa Bolsa Família.** Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032015000100051&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 11 maio 2016.

SOARES, S. S. D. **Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda da desigualdade entre 1995 e 2004.** Econômica, Rio de Janeiro, v. 8, nº 1, jun. 2006.